



DISCURSOS PROFERIDOS PELO PROF. DOUTOR MARCELLO CAETANO EM 8 DE SETEMBRO DE 1972 NO RIO DE JANEIRO

Fundação Cuidar o Futuro

- **OUTORGA DO TÍTULO DE DOUTOR «HONORIS CAUSA» PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA.**
- **AO RECEBER O TÍTULO DE VICE-PRESIDENTE DE HONRA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.**
- **POSSE COMO MEMBRO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.**
- **CERIMÓNIA DE FORMATURA DA TURMA D. PEDRO I, DA FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.**
- **AO RECEBER A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DE MÉRITO EDUCATIVO.**



DISCURSOS PROFERIDOS PELO PROF. DOUTOR MARCELLO CAETANO EM 8 DE SETEMBRO DE 1975 NO RIO DE JANEIRO

Fundação Cuidar o Futuro

- OUTORGA DO TÍTULO DE DOUTOR «HONORIS CAUSA» PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA.
- AO RECEBER O TÍTULO DE VICE-PRESIDENTE DE HONRA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.
- POSSER COMO MEMBRO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.
- CERMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA D. PE-PROF. I. DA FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.
- AO RECEBER A GRAU-CRUX DA ORDEM DE MÉRITO EDUCATIVO.



DISCURSO PROFERIDO NA CERIMÓNIA PARA OUTORGA DO TÍTULO DE DOUTOR «HONORIS CAUSA» PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA

Pela mão do meu querido amigo e colega prof. Caio Tácito vim a primeira vez, há anos, a esta Universidade, onde carinhosamente fui saudado pelo Conselho Universitário em cerimónia para mim inesquecível.

Quisestes depois chamar-me à vossa congregação. E mais uma vez fico devendo a Caio Tácito o relatório com que o conselho apoiou a proposta do magnífico reitor, insigne magistrado e mestre eminente, que é o Prof. Óscar Tenório, e, agora, a oração com que sou acolhido entre os doutores da Universidade do Estado da Guanabara.

Não escondo quanto me tocam o coração as distinções universitárias. Primeiro porque me evocam o esforço que fiz, na juventude, para conquistar as primeiras. Depois, porque tendo abraçado a carreira do ensino por vocação e consagrado ao estudo a maior e melhor parte da minha vida, é sempre nas escolas que encontro o meu meio próprio, é entre escolas que me sinto à vontade. Verificar que os meus pares reconhecem ter feito alguma coisa como universitário e ao serviço do ramo de saber a que me devotei é uma consolação que paga largamente trabalhos e penas. É mesmo retribuição generosa para o que não passou, afinal, do cumprimento de um dever.

Não nego que, ao publicar em 1932 a minha primeira monografia sobre Direito Administrativo, a disciplina tinha poucos cultores em Portugal e gozava de fama pouco agradável nos meios científicos. Tinham-na na conta de fastidiosa selva de leis e regulamentos onde raros se aventuravam à falta da luz de princípios que permitissem descortinar a ordem e o método de um sistema. E o meu mestre na Universidade, que a doença implacável desde a juventude confinara a reduzidas possibilidades de produção, falecera justamente tempo antes e cabia-me suceder-lhe.

É pouco estimulante trabalhar num meio assim. Falta o prazer do diálogo, a correcção de uma crítica autorizada e desinteressada, a possibilidade de confrontar e de integrar estudos alheios.

Recordo, por isso, com saudade e gratidão, os interlocutores que logo me apareceram desta banda do Atlântico, de entre uma pleiada de jovens administrativistas que despontava nas Faculdades de Direito ou terçava as primeira armas no Departamento Administrativo de Serviço Público, o famoso D. A. S. P., cuja acção acompanhei com vivo interesse e de cuja experiência colhi proveito. Era no D. A. S. P. que Caio Tácito se revelava jurista de primeira água, e foi nos anais da Instituição que encontrei as primeiras vezes o seu nome.

E já que falo nessa época de renovação administrativa no Brasil, não quero esquecer, ao lado do departamento federal, o D. A. S. P. paulista, onde igualmente tive correspondentes cheios de interesse e vivamente empenhados em abrir novos rumos à administração pública e ao direito que a rege.



Se a bondade do Prof. Caio Tácito me atribui alguma influência no Brasil, não quero, pois, deixar no escuro o estímulo que brasileiros desempenharam na minha obra. Leitor que fui, desde novo, da vossa Imprensa Jurídica, de entre a qual destaco a «Revista Forense», acompanho, desde o início, a excelente revista de direito administrativo editada pela Fundação Getúlio Vargas. E nela não são só os estudos doutrinários, da autoria, em grande parte, dos mestres universitários, que me prendem a atenção; é sempre com verdadeiro interesse que leio a jurisprudência dos tribunais superiores do Brasil e admiro na emissão dos votos dos seus ministros a largueza de conhecimentos, o rigor das deduções, a segurança do critério.

Tornou-se, nos últimos anos, importantíssima a vossa literatura sobre matérias do direito público. E nela conquistou posição de relevo o direito administrativo. Apesar de, nesses domínios, a legislação brasileira ter seguido caminhos diferentes da portuguesa, já por causa da estrutura federal do Estado, já em virtude da concepção judicialista das garantias da legalidade na administração, mantemos, assim mesmo, muitos pontos de contacto. Podemos, por isso, aceitar muitas doutrinas comuns. A administração brasileira aproximou-se em vários domínios das fórmulas europeias. A Constituição Portuguesa, embora continue a definir o Estado nacional como unitário, adoptou para o Ultramar um largo regionalismo de profunda inspiração federal. Nos Estados de Angola e de Moçambique, como nas restantes províncias ultramarinas, as instituições são agora as de estados federados amplamente autónomos. Daí que, cada vez mais, nós precisemos da vossa experiência como, talvez, não será para vós despendida a nossa.

Estamos numa época de ansiosa pesquisa de fórmulas mais justas de Organização social, tanto na estrutura das sociedades políticas como nas instituições do direito privado.

Esse apelo à justiça, esse desejo universal de mais justiça, é um elemento positivo do mundo actual.

Apelo a que os homens de direito não podem ficar insensíveis, como o não são, em todos os países, os homens de Estado. Mesmo quando ele tome a forma de clamor onde se confundam com aspirações legítimas meros ecos de interesses particulares ou simples explosões de ressentimentos.

Não cabe ao reclamante dizer se o que pede é justo: porque, pela lei do egoísmo, desencadeadora de paixões cegas, a cada um, homem ou classe, se afigura o supra-sumo da justiça aquilo que lhe convém.

Por isso um ímpeto das reivindicações, levado até à violência revolucionária, não conduz à implantação da justiça. Só há justiça onde há harmonia e equilíbrio de interesses, e estabelecer essa harmonia, encontrar esse equilíbrio é delicada tarefa das leis e dos tribunais.

Não acredito nas virtudes da violência desordenada, nem creio nos méritos da anarquia. Pelo contrário, continuo fiel à convicção da necessidade da autoridade, que, sensível às aspirações colectivas, possa definir normas de conduta social e fazê-las cumprir.

O direito, expressão superior da justiça, não é fruto espontâneo da convivência social — mas uma conquista árdua da razão humana.



E os juristas têm de ser, junto dos ideólogos, dos visionários ou dos caudilhos, os homens da razão, que procurem caminhos viáveis, evitando barrancos e precipícios e reconduzam a condutas produtivas as energias caudalosas que rompem cegas a inundar e destruir, arrastando o bom e o mau, sem fecundar a terra sequiosa.

Junto desses homens de razão, dos homens que sabem que é preciso ter sempre os olhos num ideal mas sem esquecer que para o realizar tem de se contar com as virtudes e os vícios da Humanidade, junto deles procurei sempre ter lugar.

Que me reconheçais como um dos vossos e que entre vós me queirais, eis o que não pode deixar de ser para mim um motivo de profundo reconhecimento.

Doutor e professor honorário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais me ficará a ligar à vossa cidade o vínculo que, a partir de agora, me criais com a Universidade do Estado da Guanabara. Estou, no meu País, empenhado a fundo em reformar a Educação Nacional. Desde o ensino primário ao superior, intentamos um esforço que talvez não tenha par na História Portuguesa. Novas universidades surgirão, dentro em pouco. E, diante dos nossos olhos permanece sempre, nesta conjuntura, o exemplo brasileiro. O vosso exemplo de fé na educação popular. O vosso exemplo de multiplicação de escolas. O vosso exemplo de arrojada divulgação universitária. O vosso exemplo que, mais uma vez, revelou a coragem realizadora e o dinamismo inteligente com que avançais nas sendas do porvir.

Seja com a mais profunda homenagem prestada às Universidades do Brasil e com a expressão da consideração pelos seus mestres e de esperança na sua população escolar, que acompanhe as palavras da minha rendida gratidão à Universidade do Estado da Guanabara. E permiti-me que, a estas palavras, junte os votos ardentes por que a vossa Universidade continue na senda que tem trilhado e que tanto a dignifica, honrando o Estado que a mantém e o grande país para cuja grandeza e prosperidade tão brilhantemente contribui.

DISCURSO PROFERIDO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Como vos estou grato, senhores acadêmicos, por depois de me terdes generosamente chamado ao vosso grémio, me receberdes agora estes momentos na vossa companhia. No meio da cidade trepidante, onde a vida freme e tumultua, é bom que haja refúgios serenos para o culto das coisas do espírito. As academias nasceram da necessidade de convívio dos homens de letras e dos sábios, nos tempos em que a reunião era a única forma de encontro e a conversa o único modo de comunicação oral. O salão representou, neste estilo de vida social, um papel relevante. Nos salões se poliam em cortesias os costumes e a linguagem, era em salões que se reuniam os parlamentos a partir do final do século XVIII, para praticar o governo representativo. E os artistas e investigadores, como haviam de permutar experiências e aventuras intelectuais e estéticas, senão no ambiente elegante e calmo de um salão, cuja intimidade abafava o escândalo das ousadias e onde, sob o pontificado dos mais experientes, se permitia a transmissão das mensagens de cada geração e a afixação dos canones da correção e do gosto?



Pouco a pouco, as coisas foram mudando. O advento dos meios mecânicos de comunicação com a massa, permitiu a fácil transmissão a auditórios inumeráveis das criações da inteligência, mesmo imaturas. Perdeu-se o hábito, o gosto, a arte de conversar. A técnica tomou o lugar da inspiração e não só os sábios como os literatos refugiam-se em laboratórios e institutos a trabalhar em grupos, onde a participação individual se dilui no esforço colectivo.

Mas quererá isto dizer que findou a era das academias? Que elas deixaram de exercer útil função social? Eu atrever-me-ia a afirmar que, pelo contrário, as velhas academias, aquelas que mantêm a tradição do espírito de tolerância e de convivência das sociedades liberais, nunca foram tão necessárias.

Dantes seriam apenas, em cada país, alguns salões a mais para a prática de um estilo de vida generalizado. Hoje estão em vias de ser os únicos lugares onde podem convergir pessoas de diversos credos e origens para, à sombra de uma disciplina amena, abstraiem do que as separa na acção e se irmanarem no culto prestado aos valores do espírito. A Academia Brasileira de Letras pode orgulhar-se de nos setenta e cinco anos de existência, há pouco celebrados, ter constituído sempre um alto exemplo de cenáculo literário, sem exclusivismos no recrutamento, nem dogmatismos na actuação; no seu seio têm cabido as diferentes correntes de pensamento e de arte e debatem-se com plena liberdade e impecável correcção as ideias opostas. Chamam-se confrades uns aos outros, os académicos. E a confraternidade implica o espírito de família e a solidariedade nos pontos essenciais que lhe tocam, mas não quer dizer uniformidade: não são os irmãos de sangue diferentes entre si, como os dedos da mão?

Olho a vossa Academia com respeito, com admiração e também — permita-se-me dizê-lo — com afecto.

É que, como português, não pode ser-me indiferente verificar que na história desta casa está presente em tantas ocasiões o meu país.

Não falo já na formação que o trato dos clássicos portugueses deu à maioria dos fundadores. Ou da marca profunda que os nossos românticos imprimiram nos vossos escritores do fim do século passado. Com que emoção li, na biografia que o sr. Luís Viana Filho traçou de Machado de Assis com o seu engenho ímpar em definir caracteres e reconstituir ambientes, que Machado, em 1899, se referia a Garrett em carta a Magalhães Azeredo, dizendo: «Nós que nos educámos sob a influência directa ou quase directa do seu espírito...» E Azeredo não rendera anos antes homenagem piedosa e comovida junto à campa do nosso Francisco Manuel do Nascimento, Filinto Elísio, no Pére Lachises, como talvez nenhum escritor português houvesse tido a lembrança e a sensibilidade de fazer?

Machado de Assis tornou-se familiar das letras lusitanas quando, jovem e pobre, frequentava a livraria do Gabinete Português de Leitura. A sala nobre do gabinete enobreceu-se mais, porém, ao ser escolhida pela novel academia, desprovida ainda de sede própria, para nela celebrar algumas das suas luzidas sessões solenes. Leio também no livro do sr. Luís Viana Filho as palavras escritas por Machado: «Tem-se por efectiva e constante a incompatibilidade do officio mercantil com os hábitos do espírito puro. Os portugueses na América não raro mostram que as duas coisas podem ser paralelas, não inimigas — e que há um arrabalde em Cartago para uma aula do Atenas.»



matas que juntam às actividades discretas do seu officio político a capacidade de captar a alma dos países com os dons da observação e os dotes da intuição e a possibilidade de exprimir esteticamente o que aprendem, deixando aos vindouros testemunhos preciosos. Mas ainda quando as terras onde exerceram funções não os inspire, os contactos humanos que a sua condição de escritores lhes permite, a irradiação pessoal que conseguem em meios tantas vezes avessos às solenidades das recepções officiais, tudo isso vale e perdura. Estou-me a lembrar da chegada a Lisboa, no início da década de quarenta, do par fulgurante formado por João Neves da Fontoura e Ribeiro Couto. De ambos fui amigo. Ambos deslumbraram os portugueses: João Neves com a sua eloquência cuidada e o fino quillate do seu espirito, Ribeiro Couto, então em pleno vigor da mocidade, com a esfusiante espontaneidade e simpatia duma personalidade extrovertida que ocultava a outra, a do poeta lírico amador dos ambientes recolhidos e das horas calmas. Respeitados nos círculos officiais, aclamados nos meios literários, queridos na sociedade, os dois escritores que contastes entre os vossos pares souberam levar a Portugal não apenas a mensagem da nação brasileira mas a mais pura imagem da sua cultura. Era desta família espiritual o nosso Alberto de Oliveira que no Brasil dos começos deste século soube falar-vos de um Portugal para muitos ignorado, como aos Portuguezes revelou facetas de um Brasil desconhecido.

Al meu immediato antecessor, o Padre Serafim Leite conheci-o de perto. Por sinal que deixou nas páginas da vossa revista, correspondente aos annos de 1940, a autobiografia dos primeiros cinquenta annos da sua existência sob o titulo de «A minha vocação». Vindo aos 16 annos para a Amazónia aí viveu os melhores annos da juventude até voltar à Europa e ingressar inesperadamente na Companhia de Jesus. A providência queria que fosse ele o historiador da acção da Companhia no Brasil nos séculos XVI a XVIII. E para escrever a história da Companhia de Jesus no Brasil, cujos dez volumes são hoje subsidio indispensável para a História brasileira, e a que se seguiram os «Monumenta Brasiliae», editados em Roma, passou nos últimos trinta annos de vida largos periodos nestas terras, podendo dizer-se que só ia a Portugal quando necessitava de revolver os arquivos de lá para completar o que forrageara nos de cá. Servindo o instituto a que pertencia, serviu a cultura brasileira e cumpriu em toda a profundidade a sua vocação.

Ele o disse: «O gosto dos livros trouxe-me à Companhia de Jesus. A Companhia de Jesus devolveu-me aos livros. E pelos livros, num acto de agradecimento, procuro servir a verdade e glorificar Deus».

Todos os meus antecessores tinham pois títulos de sobra que os recomendassem ao vosso sufrágio. Fizeste-lhes justiça ao incorporá-lo na Academia. Como não hei-de sentir-me acanhado perante as responsabilidades da sucessão?

Valha-me a consciência da vossa generosidade, que, neste caso, traduz a vossa tradicional e tantas vezes provada afeição ao meu País. O accordo que solenizou este anno o reconhecimento da igualdade dos direitos dos cidadãos de Portugal e do Brasil, em qualquer dos Estados, acto único pelo seu conteúdo e, sobretudo, pelo seu alcance na história do direito internacional, veio consagrar juridicamente



a Comunidade Luso-Brasileira. Mas até chegarmos a dar esse passo, de tão transcendente significado para além dos efeitos úteis que possa produzir, desenvolveu-se durante anos e anos, com fortuna vária nas duas margens do Atlântico, um trabalho persistente a apertar vínculos, a desfazer preconceitos, a torner obstáculos. Nesse trabalho pertence grande quinhão à Academia Brasileira de Letras. A esta Academia, onde a inteligência portuguesa teve sempre um lar e em cujo seio sempre os portugueses encontraram acolhimento fraterno.

Como seria oportuno, neste quarto centenário da publicação d'«Os Lusíadas», fazer o inventário do que o poema e o seu autor devem ao estudo e ao culto dos membros da Academia e dar balanço ao lugar que ocupam nos trabalhos académicos.

Pela amizade que, mau grado a diferença de idade, lhe mereci e pela admiração que lhe votei, não me levarão a mal que evoque o nome de Afrânio Peixoto, um dos mais sagazes e eruditos camoneanistas do seu tempo.

Afrânio não foi apenas um pesquisador e cimentador de tudo quanto respeitava ao grade épico: foi, no Brasil, o sumo-sacerdote do culto camoneano. Como não lhe bastasse a larga produção que dedicou a Camões, cheia de vistas surpreendentemente originais, como não lhe chegasse a glória de haver criado na Universidade de Lisboa, com o concurso do luso-brasileiro Zeferino de Oliveira, a cadeira de Estudos Camoneanos, tomou a iniciativa da instituição, em 1942, da Fundação Camões da Academia Brasileira de Letras, que levou a efeito o curso sobre Camões e publicou o magnífico arquivo camoneano. Presidia, então, à Academia, o meu respeitado amigo José Carlos de Macedo Soares. E da primeira comissão administrativa só resta o sr. Pedro Calmon, a quem Afrânio transmitiu, com o amor às coisas portuguesas, a admiração pelo poema, tantas vezes exaltado e glorificado pela sua palavra eloquentíssima. Estou a ouvi-lo, em oração inesquecível, naquela passagem: «Os Lusíadas» têm o seu aspecto de sepulcro florido e grandioso. Mas, como as colunas e os portais dos Jerónimos, o gosto do mar que comemora, o seu sentido oceânico e a sua intuição atlântica fazem dele um buzio mágico, onde murmuram as ondas e troam as borrascas dos sete mares.»

Pois bem: seja sob a invocação do livro sagrado da língua que é património comum a Brasileiros e a Portugueses de quatro continentes, que eu formule votos ardentíssimos pela continuidade da comunhão de sentimentos e de interesses espirituais entre os dois países de que a Academia Brasileira tem sido eficaz agente e nobre símbolo.

Sob a invocação de «Os Lusíadas» e do poeta imortal que os escreveu — esse de quem Bilac disse que «chorou no exílio amargo o génio sem ventura e o amor sem brilho» — e que inspirou a Manuel Bandeira um dos mais belos sonetos da nossa língua, com versos dignos de serem recolhidos no coração para serem, mais que declamados, rezados fervorosamente:

«Quando n'alma pesar da tua raça / A névoa da apagada e vil tristeza,
/ Busque ela sempre a glória que não passa / Em teu poema de heroísmo e de Beleza.

Não morrerá sem poetas nem soldados / A língua em que cantaste rudemente
/ As armas e os barões assinalados.»



DISCURSO PROFERIDO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Meço com exactidão a importância da honra que me conferis. Conheço a história do vosso instituto, cabeça de uma rede de instituições estaduais similares, devotadas ao estudo da terra e da sociedade brasileiras. Sei do prestígio que ele goza desde os primeiros passos, amparados pelo culto imperador que preferia à política as ciências, as letras e as artes. E tenho a noção do significado que emprestais à investidura dos Chefes de Estado portugueses na sua presidência honorária.

Modesto amador dos estudos históricos, aqui encontro os mestres da História do Brasil. Entre eles, na presidência por direito próprio, V. Ex.^a, sr. Prof. Pedro Calmon, querido amigo meu há tantos anos, que Portugal admira e quer como orador eloquentíssimo, universitário devotado e respeitado, historiador escrupuloso e erudito, estadista experiente e, permita-se-me destacá-lo, um daqueles brasileiros que mais constante, persistente e activamente tem contribuído para o estreitamento dos laços culturais entre as duas Pátrias irmãs.

Terão, Brasil e Portugal, uma história comum. E ao separarem-se os dois Estados, não cessaram, não podiam cessar, os vínculos dessa comunidade nem as suas sequelas. Por isso o estreito entendimento entre os historiadores dos dois países, é indispensável. Como necessário se torna o intercâmbio assíduo entre as instituições que em Portugal e no Brasil se ocupam dos estudos históricos.

Neste sentido, é bem significativo que na Academia Portuguesa da História haja sido reservado estatutariamente certo número de lugares para brasileiros, à semelhança do estabelecido pela Academia Brasileira de Letras.

Faço votos, senhores, por que a obra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro prossiga com a densidade e o brilho que a têm imposto à consideração geral. E bem desejaria que em Portugal ela encontrasse sempre as facilidades necessárias. Facilidades que, pela minha parte e dentro do que estiver ao meu alcance, eu me esforçarei por obter. Na certeza de que, prestando serviço ao Instituto, sirvo Portugal e, mais do que isso, um dos aspectos de maior delicadeza, profundidade e nobreza espiritual da Comunidade Luso-Brasileira.

DISCURSO PROFERIDO NA CERIMÓNIA DE FORMATURA DA TURMA D. PEDRO I, DA FACULDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Queridos bacharelandos:

Senhoras e Senhores:

Foi com emoção que recebi o vosso convite.

Ao ler a mensagem que o formulava parecia impossível a minha presença hoje aqui.



E mesmo quando se concretizou a hipótese da minha viagem, para vir representar o Governo e o povo de Portugal no acto culminante do sesquicentenário da Independência do Brasil, tudo se conjugava para impedir que viesse ter convosco. Apesar disso aqui estou. Aqui estou porque quando verdadeiramente se quer alguma coisa os obstáculos ruem, vencem-se as dificuldades, cedem as objecções. A vossa vontade foi forte e perseverante. A minha estava disposta a vir ao vosso encontro. O que parecia utópico tornou-se realidade. Bem hajam, queridos bacharelados, pela vossa iniciativa e pela vossa tenacidade em levá-lo a cabo.

Ao convidarem, invocastes a minha qualidade de professor de direito e mostrastes o desejo de ter entre vós o representante da Nação portuguesa.

Faz dentro de meses quarenta anos que comecei a ensinar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Votei ao ensino o melhor da minha capacidade e da minha actividade. Vi com alegria succederem-se nos meus cursos as gerações. O convívio da gente nova dava-me a ilusão de não envelhecer. Procurei transmitir-lhe o que ia aprendendo mas busquei também compreender as suas ansiedades e inquietações. Não sei porém se daí colherei títulos para me dirigir a jovens brasileiros, no final do seu curso jurídico, neste ano da graça de mil novecentos e setenta e dois, a menos de trinta anos, portanto do século XXI.

Se bem entendo a vossa tradição académica é praxe de cada curso escolher alguém para padrinho da formatura dos novos diplomados. Alguém que vos apresente à sociedade na qual passareis a exercer as vossas profissões jurídicas e que possa dizer-vos palavras experientes de conselho e incentivo para as lides da vida prática onde ides entrar.

A sociedade brasileira, vós a conheceis melhor do que eu. Mas creio não errar se disser que, num mundo em rápida transformação, ela se destaca pelo seu dinamismo. É uma sociedade jovem onde a imaginação abunda e a acção prepondera. Uma sociedade digna do país onde se formou e que tem por missão imediata o aproveitamento integral de gigantescas possibilidades oferecidas pela natureza. O Brasil não tem que interrogar o futuro: é o futuro que tem de contar com o Brasil.

Os progressos do conhecimento científico e a multiplicação dos prodígios da técnica provocam a aceleração das transformações sociais. O homem vai-se libertando da fatalidade das leis naturais. É um triunfo? Sem dúvida. Mas que tem o seu custo. Modificar o mundo é uma aventura inebriante: perturbam-se, porém, equilíbrios milenários, e inesperadas alterações do ambiente deterioram a face da terra e põem em risco a saúde e a vida dos homens, enquanto a vertigem das mudanças e as difíceis opções da liberdade criam, mau grado todas as formas de alienação procuradas, a epidemia trágica das neuroses.

A prospectiva dos anos vindouros desvenda-nos, por um lado, a emancipação do homem da fatalidade: ele se apresta a vencer a fatalidade da sobrepopulação, da miséria, da ignorância, da doença... e só não vencerá a fatalidade da morte. Por outro, revela-nos o condicionamento do homem, não já pela inexorabilidade de uma natureza de que se vai libertando, mas pelas próprias criações do seu espírito.



Na era de transição que vivemos, era de instabilidade e incerteza, sacode assim as novas gerações uma dúvida angustiante. Tudo o que está lhes parece desajustado do que deve ser. A autoridade legitima-se pela experiência e pelo saber — e a experiência do passado parece não valer para o futuro, nem o saber de ontem serviria para o dia de hoje.

Creio, queridos bacharelados, que em toda esta panorâmica importa não esquecer a realidade humana. Vi que iniciastes hoje as cerimónias da vossa formatura, por um culto ecuménico. Quer isso dizer que, para um grande número de vós, Deus está presente. E que o Homem é espírito, centelha divina que de Deus procede e para Deus caminha. O Homem é, assim, um valor que pelo espírito transcende a sua condição natural e temporal. De qualquer modo, um ser consciente e inteligente que abre os olhos a interrogar os céus e procura ansiosamente descortinar um destino.

E este homem pode viver mais ou menos condicionado pela técnica que inventa e pela sociedade de que depende: mas define-se como espécie, através do tempos, por invariáveis sentimentos e por idênticas paixões, e acima de tudo pelo conhecimento que norteia a sua vontade e lhe permite a aspiração e o gozo da liberdade moral.

A sociedade futura pode, sob muitos aspectos, apresentar diferenças impressionantes em relação às sociedades do passado; mas terá, necessariamente, com elas o traço inibido resultante de ser uma sociedade humana — e quereríamos todos até que fosse uma sociedade mais numana.

Ora, uma sociedade humana é uma sociedade de seres dotados de inteligência e de vontade. De seres livres. Mas que para praticarem a vida social têm de respeitar legítimos interesses de todos os membros da sociedade. Têm de comportar-se de modo a que a coexistência não só seja possível entre todos os indivíduos como constitua factor de progresso e de civilização para a comunidade.

Por isso, a sociedade futura não poderá prescindir das normas do direito. Quanto mais a humanidade se emancipa das leis naturais, mais precisará de afirmar e respeitar regras de conduta. A natureza, como o filósofo notava, é o reino da necessidade: das suas leis não há que fugir. O direito é, como a moral, o reino da liberdade. Domínio, embora das leis, aí é o homem que cria e consagra as normas. Normas que devemos observar mas que podemos violar. Normas cuja eficácia pressupõe por isso a adesão das vontades individuais, antes de entrar em funcionamento o inevitável aparelho de coacção.

Na verdade, a ciência por si só não implica a justiça. Nem os progressos da técnica conduzem necessariamente a resultados justos. A justiça não brota por automatismo de nenhuma fórmula algébrica ou de qualquer arranjo social. A justiça é uma composição de interesses, é uma harmonia de posições, é um equilíbrio de satisfações. Onde faltarem a rectidão, a bondade e a moderação não pode reinar a justiça. A força pode criar contenções temporárias e manter frágeis equilíbrios mecânicos.

Mas só o amor entre as pessoas, radicado menos em convicções procuradas do que nas afeições sinceras, pode proporcionar às sociedades a tranquilidade e a paz.



Muitos falam de amor entre os homens: poucos o praticam. Devotar-se à humanidade é fácil nas seqüências da retórica. Mas servir o próximo, concretamente, na vida familiar, na esfera profissional, na função pública, no teatro de todos os dias e em todas as ocasiões, é cada vez menos frequente nestes tempos de individualismo sem limite e de egoísmo sem freio.

Pertencço a um povo que se impregnou através dos séculos de espírito cristão. Hoje mede-se a civilização pelo nível de vida material: o povo português, nascido num rincão sáfaro, viveu muitos séculos na pobreza, mas quantas virtudes, de envolta com a ganga inevitável dos vícios humanos, brilhavam nas almas e se traduziam nos gestos dessa gente humilde?

Ainda hoje os encontrareis por lá dignos, laboriosos, sóbrios, mas sempre prontos a valer aos outros, sempre dispostos à acção generosa e ao sacrifício desinteressado, sempre abertos na cordialidade confiante para com o estrangeiro e solícitos no apoio desvelado ao seu semelhante.

Permito-me pensar que foi esta maneira de ser portuguesa a semente das qualidades típicas do povo brasileiro, ele também de coração franqueado para todas as causas nobres e para todas as ideias generosas.

É esta riqueza de humanidade, senhoras e senhores, que considero o mais sólido penhor de confiança das nossas pátrias no futuro.

Sereis, com a graça divina, cidadãos do ano 2000. Que prodígios vereis daqui até lá, é difícil dizê-lo. Como difícil seria predirer qua sofrimentos contemplareis. Mas, não o esqueçais, o meio social como o meio ambiente é um instrumento dos homens, não supre a qualidade deles. O mundo será no futuro o que for a humanidade que o povoa. E a humanidade tem de afirmar-se pelo espírito, sob pena de reduzir-se a um conjunto de autómatos menos digno do que os animais da restante criação.

Escolhestes para designar a vossa turma o nome de um herói. Associando estreitamente ao início da vossa carreira o fundador da independência brasileira ficais assim mais unidos à ideia da Pátria. D. Pedro exemplifica o valor da intervenção individual no curso da história: mas significa também o expoente de uma aspiração difusa na colectividade e que nele encontrou o seu intérprete

O que ele vos ensina e nos ensina é que a História precisa dos indivíduos — é através da vontade humana que ela se processa; mas que os indivíduos para fazer História têm de ser solidários de uma grei, de nela procurar os anseios comuns, ir ao encontro deles, adivinhá-los e exprimi-los, por vezes avançados no tempo mas sempre identificados com o sentimento colectivo.

Há cento e cinquenta anos o Brasil tornou-se Império. Um império político que fez a unidade nacional deste país imenso, quase um continente. Agora tem um império espiritual em perspectiva: Esse império eu o visiono para a língua portuguesa. Falada na Europa, na África, na Ásia, na Oceania por portugueses. Falada na América pelos brasileiros. Senhoras e senhores: — quantas centenas de milhões serão no ano 2000, no Mundo, os que exprimam a nobreza da condição humana no idioma que temos forjado, enriquecido e glorificado?

Os impérios do poder passam, mas o império do espírito fica. A língua de Camões e de Tomás António Gonzaga, de António Vieira e de Rui Barbosa,



NO ACTO DA IMPOSIÇÃO DA GRÃ-CRUZ DE MÉRITO EDUCATIVO

Senhor Ministro:

Têm sido tantas as atenções recebidas nesta meteórica visita ao vosso Brasil, que já não sei que palavras hei-de usar para exprimir o meu reconhecimento.

Talvez seja defeito meu. Mas sinto que o vocabulário é escasso, pobre o tesouro da língua, quando se chega a certo grau de emoção.

O sr. Presidente da República distinguiu-me com a concessão da ordem nacional que só a brasileiros estava reservada e que ao mérito cívico é consagrada. Mas num requinte de gentileza, quis que não fosse esquecida a minha condição de professor, o meu labor universitário de muitos anos, algum contributo dado no campo da cultura às relações luso-brasileiras, e juntou a essa distinção excepcional a concessão da Grã-Cruz do Mérito Educativo.

Foi essa grã-cruz, conferida por proposta de V. Ex.^a sr. Ministro, que acabo de receber das suas mãos. Sem que me seja possível abstrair do facto de ser o Ministro da Educação a forte e irradiante personalidade que no Governo brasileiro me habituei a considerar e admirar e que tem mostrado em todos os postos ocupados, sempre com tanta distinção, o mais vivo desejo de colaboração com Portugal.

Sr. Ministro: a breves momentos da minha partida para Portugal, quero ver no facto de esta cerimónia rematar os actos da minha visita um significado especial. O de que os actuais Governos de Portugal e do Brasil consideram de principal importância a educação popular. Já disse hoje, na Universidade do Estado da Guanabara, quanto sempre me impressionou nas minhas visitas ao Brasil o valor atribuído ao ensino, o entusiasmo posto na sua difusão, a crença nas virtudes da formação escolar. E, com prazer repito, que daí colhi sempre exemplo e estímulo. Hoje, em Portugal vibra-se também no desejo de corresponder esforçadamente aos anseios do país em matéria de educação. A Grã-Cruz que acabo de receber, considero-a um incentivo mais, um fraterno incentivo para prosseguir nessa obra que tanto me empolga e de que tanto espero. Na convicção de que a juventude de Portugal e do Brasil será educada no espírito de recíproca compreensão e de colaboração activa que faça de todos os brasileiros e de todos os portugueses cidadãos da Comunidade, unidos nos mesmos propósitos e animados dos mesmos ideais.

